



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 9.600, DE 2018

(Apensados o PL nº 1.213 de 2019 e PL nº 4.115 de 2023)

Dispõe sobre a proteção à imagem de vítima de crime ou acidente.

**Autor:** Deputadas Laura Carneiro e Carmen Zanotto

**Relator:** Deputado Diego Coronel

## I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 9.600/2018, que acrescenta o parágrafo 2º ao art. 20 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), para vedar a divulgação de imagem de vítima de crime ou acidente.

O *caput* do artigo 20, que a presente proposição visa modificar, dispõe sobre o direito da pessoa em requerer a proibição da divulgação, publicação, exposição ou utilização de sua imagem, a fim de proteger sua honra, boa fama ou respeitabilidade, salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública.

Nesse sentido, a nova redação proposta preserva a privacidade, a honra e a dignidade de pessoas vítimas de crime ou acidente. Nestes casos, a divulgação de imagem da pessoa consistiria, na visão das autoras, em verdadeira violação aos direitos de personalidade, o que pode gerar constrangimento, humilhação, dor e sofrimento psicológico irreparáveis à vítima e aos seus familiares.

Ademais, ressaltam as autoras que *“a preservação da honra e da dignidade do ser humano é um dever constitucional imposto para as autoridades bem como para toda a sociedade, as quais devem zelar pelo bem-estar de cada cidadão, colocando-o a salvo de qualquer tipo de humilhação”*.

Apensados o PL nº 1.213, de 2019, do Deputado Ricardo Izar, e o PL nº 4.115, de 2023, do Deputado Marcos Tavares.

A proposição foi distribuída à **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania** para análise de mérito e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.





Fui designado relator da presente proposição.

Matéria sujeita à apreciação do Plenário.

**É o relatório.**

## II – VOTO DO RELATOR

Senhoras e Senhores Deputados, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise da constitucionalidade, da juridicidade, da boa técnica legislativa e do mérito da proposição.

Quanto à **Constitucionalidade Formal**, os presentes projetos encontram amparo nos artigos 22, inc. I, 48, caput e 61, *caput*, todos da Constituição Federal de 1988.

Já em relação à **Constitucionalidade Material**, as proposições em nada violam regras ou princípios da Constituição Federal de 1988, mas encontram amparo na regra constitucional de proteção à imagem, honra e à própria dignidade da pessoa humana.

Ademais, os textos referidos têm **juridicidade**, considerando que, além de inovarem no ordenamento jurídico brasileiro, não contrariam regras e princípios de Direito.

Quanto à **Técnica Legislativa**, as proposições citadas atendem aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98.

**No mérito**, com a devida vênia ao então Relator deste projeto, à época Deputado Rodrigo Pacheco, hoje Presidente do Senado da República, entendo que a proposição principal em nada se assemelha – fatos e normas – à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 4.815/DF.

Com efeito, no referido julgamento, a Suprema Corte entendeu que *“biografia é história”. A vida não se desenvolve apenas a partir da soleira da porta de casa. Autorização prévia para biografia constitui censura prévia particular. O recolhimento de obras é censura judicial, a substituir a administrativa. O risco é próprio do viver. Erros corrigem-se segundo o direito, não se cortando liberdades conquistadas. A reparação de danos e o direito de resposta devem ser exercidos nos termos da lei”* (trechos da ementa do acórdão).

Na presente proposição, busca-se proteger a honra e a intimidade de pessoas, proteger, enfim, a dignidade da pessoa humana, que foram vítimas de acidente ou crime, como, por exemplo, ocorreu com a **lamentável e criminosa divulgação das imagens da autópsia da cantora Marília Mendonça**.



**Da mesma forma, é absolutamente comum, mas lamentável também, filmagens e divulgação de pessoas vivas que sofreram graves acidentes ou foram vítimas de violentos crimes, tudo sem a menor preocupação com a imagem, a honra e a dignidade das pessoas.**

Em outras palavras, parece-me óbvio que na ponderação de valores no caso concreto – liberdade de informar versus vedar divulgação de imagens de vítimas de crime ou acidente – deve prevalecer a proteção à intimidade e à honra, enfim, a dignidade da pessoa humana.

Não se pode admitir que, a partir do direito à informação, seja possível publicar as imagens de pessoas em situações de absoluta vulnerabilidade, sobretudo porque referida publicação em nada contribui com algum avanço social ou contribuição para solucionar o crime ou o acidente. Trata-se apenas de um sensacionalismo criminoso com imagens de terceiros.

**Paulo Gonet Branco**, em sua festejada obra com o **Ministro Gilmar Mendes**, analisando os limites da informação e proteção à intimidade, ensina que:

*“Os direitos fundamentais não são suscetíveis de renúncia plena, mas podem ser objeto de autolimitações, que não esbarrem no núcleo essencial da dignidade da pessoa.*

*Nada impede que uma pessoa consinta em que se exponham as suas agruras durante um sequestro, ou por ocasião da morte de algum ente querido, dando entrevista esquivo, por exemplo.*

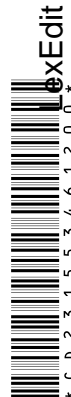
(...)

*É importante frisar que não basta a veracidade da notícia sobre um indivíduo para que se legitime a divulgação. Cobra-se, além disso, que a divulgação não se destine meramente a atender à curiosidade ociosa do público, mas que vise a se constituir em elemento útil a que o indivíduo que vai receber o informe se oriente melhor na sociedade em que vive. Haverá sempre, ainda, que aquilatar o interesse público com o desgaste material e emocional para o retratado, num juízo de proporcionalidade estrita, para se definir a validade da exposição.*

(...)

*Em se tratando de conflito de pretensões à privacidade e à liberdade de informação concorda-se que se analise a qualidade da notícia a ser divulgada, a fim de estabelecer se a notícia constitui assunto do legítimo interesse do público. Deve ser aferido, ainda, em cada caso, se o interesse público sobreleva a dor íntima que o informe provocará”<sup>1</sup>.*

<sup>1</sup> CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL. São Paulo: Saraiva, 2022, p. 289, 291-292.





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Deputado **DIEGO CORONEL** - PSD/BA

É dizer: a divulgação de imagens de pessoas acidentadas ou vítimas de crime em nada contribui com o bom jornalismo ou a boa informação, razão pela qual deve prevalecer o direito à intimidade e à honra. Conforme ressaltou a Deputada Laura Carneiro na justificativa:

*“O objetivo desta proposta legislativa é preservar a imagem e a privacidade de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de crime ou acidente. A divulgação de imagens nesses casos cria um constrangimento desnecessário, com a exposição indevida de quem se encontra em situação de fragilidade, por figurar como vítima de agressão ou por ter sofrido algum acidente.*

*A preservação da honra e da dignidade do ser humano é um dever constitucional imposto para as autoridades bem como para toda a sociedade, as quais devem zelar pelo bem-estar de cada cidadão, colocando-o a salvo de qualquer tipo de humilhação.*

*A veiculação das imagens de pessoas, nessas circunstâncias, pode causar dor moral e sofrimento psicológico irreparáveis, em grave violação de seus direitos humanos”.*

Por fim, **os apensados também são meritórios, pois não apenas proíbem condutas que expõem pessoas ou famílias às situações constrangedoras, mas também criminalizam condutas gravosas**, razão pela qual apresento Substitutivo, aprimorando a referida matéria.

Ante o exposto, **voto pela Constitucionalidade, Juridicidade e Boa Técnica Legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL nº 9.600/2018 e dos Apensados nº 1.213/2019 e PL nº 4.115/2023, na forma do Substitutivo.**

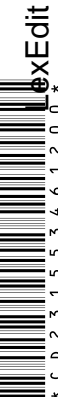
Sala da Comissão,      de      de 2023.

Deputado **DIEGO CORONEL**  
RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO IV - GABINETE 754 - CEP 70.160-900  
TEL: 61 3215-5754 | E MAIL: [dep.diegocoronel@camara.leg.br](mailto:dep.diegocoronel@camara.leg.br)

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231553461200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Diego Coronel





**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 9.600, DE 2018**  
(Apensados o PL nº 1.213 de 2019 e PL nº 4.115 de 2023)

Dispõe sobre a proteção à imagem de vítima de crime ou acidente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º.** Esta lei altera o art. 20 da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e acrescenta o art. 140-A e ao art. 212-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para o fim de proteger a imagem, a honra e a dignidade de pessoas e famílias vítimas de crimes ou acidentes.

**Art. 2º.** A Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 20

“.....  
§ 2º Inclui-se na proibição a que se refere o *caput* deste artigo a divulgação de imagem que identifica a vítima de crime ou de acidente, por qualquer pessoa ou meio de comunicação”. (NR)

**Art. 3º.** O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

Art. 140-A - Divulgar, sem consentimento da vítima ou do responsável legal, imagem que identifica a vítima de crime ou de acidente, por qualquer pessoa ou meio de comunicação.

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (NR)

.....





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Deputado **DIEGO CORONEL** - PSD/BA

### **Divulgar imagem de cadáver**

Art. 212-A – Fotografar, filmar e divulgar a imagem que identifica o cadáver, por qualquer pessoa ou meio de comunicação.

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa. (NR)

.....”

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de setembro de 2023.

**Deputado DIEGO CORONEL**  
**Relator**

Apresentação: 27/09/2023 19:14:45.670 - CCJC  
PRL 3 CCJC => PL 9600/2018

PRL n.3



CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO IV - GABINETE 754 - CEP 70.160-900  
TEL: 61 3215-5754 | E MAIL: [dep.diegocoronel@camara.leg.br](mailto:dep.diegocoronel@camara.leg.br)

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231553461200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Diego Coronel

